

361

Revista Portuguesa
de História

Homenagem aos Professores
Luís Ferrand de Almeida
António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

**Uma Aldeia de Finais da Idade Média,
nas suas Explorações Agrícolas
(Puços - Comenda da Ordem de Cristo)***

IRIA GONÇALVES

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Poucos terão sido os medievalistas, portugueses ou não, que tendo-se alguma vez preocupado com questões atinentes à história rural, não tenham, com maior ou menor desenvolvimento, abordado as questões relacionadas com o casal enquanto exploração camponesa típica, unidade fiscal, entidade ordenadora do espaço rural, ou enquanto qualquer outra das múltiplas realidades que o casal pode encarnar.

Também eu já o fiz, em outras ocasiões. Também eu venho, de novo, fazê-lo, desta vez abordando as questões relacionadas com a exploração agrícola, quer ela tenha como suporte, ou não, a unidade *casal*.

O espaço de análise será aquele que uma pequena aldeia - Puços* ¹ - sediada nos contrafortes da serra de Alvaiázere², erigida em cabeça de comenda da

* Este trabalho foi realizado no âmbito do projecto de investigação POCTI/HAR/35069/99, *Paisagens rurais e urbanas entre a Idade Média e os Tempos Modernos. Fontes para o seu estudo*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

¹ A aldeia, como espaço habitado, era minúscula. Quando se levou a cabo a elaboração do chamado *Numeramento* de 1527-1532, ficou escrito: “Esta vila de Puços tem hũ so vizinho no corpo da vila”. (“Povoação da Estremadura no XVI. século”, ed. por A. Braamcamp Freire, *Archivo historico portuguez*, vol. VI, 1908, p. 268).

² Faz parte, actualmente, do concelho de Alvaiázere.

Ordem de Cristo³, organizava, desdobrando-se em pequeninos núcleos de povoamento⁴, dispersos por todo o seu termo.

A documentação de base será aquela que os visitantes da Ordem produziram quando, em Abril de 1508⁵, demarcaram e arrolaram os seus bens, em obediência às disposições tomadas no Capítulo Geral celebrado em Tomar, a 5 de Dezembro de 1503⁶. Essencialmente⁷ consta de um tombo⁸ onde, para lá de uma minuciosa

³ Foi por certo devido à sua condição de cabeça de comenda da uma Ordem Militar que Puços se viu elevada à condição de concelho. No mesmo *Numeramento* acima citado, ao falar no “corpo da vila”, diz-se que “nõ esta ahi somente hũas casas da comêda, e a casa do côcelho, e hũa irmida de Nossa Senhora” (*ib.*, p. 268). São as funções centrais, de carácter senhorial e concelhio, que se encontram, juntas e isoladas da população, representando e encarnando os respectivos poderes. Um terceiro poder, o religioso, foi desmembrado destes - não podia, como é óbvio, ser representado por uma ermida - para mais facilmente enquadrar os fiéis, tendo assento numa das aldeias mais populosas do termo, que, no entanto, contava apenas onze vizinhos (*ib.*). Era a igreja matriz, da invocação de Santo Estêvão.

Aquele único residente no “corpo da vila” devia morar nas casas da comenda, um complexo habitacional de grande vulto, formado por vários edifícios, alguns deles sobradados. Com efeito, os tombos mandados elaborar por D. Manuel, em 1503, de todos os bens pertencentes à Ordem, só descrevem, aqui, as casas da comenda e, fazendo conjunto com os edifícios habitacionais, a capela de Nossa Senhora, pela qual, inclusive, se tinha acesso a um cerrado onde campeava um cipreste, no meio de outras árvores (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar* - que passarei a citar: A.N.T.T., *O.C./C.T.* - liv. 309, fl. 32-32v^o).

Eram aquelas as casas do comendador, mas não deviam, ao tempo, albergá-lo com muita regularidade. Se em Abril de 1508, data em que se procedeu à inventariação dos bens da comenda de Puços a situação demográfica fosse a mesma que se deparou aos recenseadores de 1527, eu diria que a família aí sediada era a de Álvaro Peres, que representou Estêvão Peres, juiz e feitor do comendador, pois nem este se encontrava presente ao demarcar dos bens (*ib.*, fl. 131v.^o).

⁴ Foram dezasseis os assentamentos de população que o citado *Numeramento* nos transmitiu, omitindo ainda alguns casais, para no final chegar à soma de setenta e nove moradores (“Povoação da Estremadura no XVI. século”, p. 268).

⁵ Os visitantes já se encontravam em Puços a 3 de Abril de 1508, dia em que foi lavrado o termo da visitação à igreja de Santo Estêvão. No dia seguinte visitaram a de Maçãs de Caminho, que pertencia à mesma comenda (*Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, ed. por Pedro Dias, Coimbra, 1979, pp. XXXIX, 65, 67). Durante os dias seguintes terão inventariado os bens imóveis, construções e terras, para, no dia 8 de Abril, darem por findo o trabalho (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 128).

Sobre as cronologias desta como de outras visitações da Ordem de Cristo, escreveu Manuel da Silva Castelo-Branco, “Visitações da Ordem de Cristo até finais do século XVI”, *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*, Actas do II Encontro sobre Ordens Militares, Palmeia, 2, 3 e 4 de Outubro de 1992, Lisboa-Palmela, 1997, pp. 407-418.

⁶ Esta indicação surge no início dos tombos de quase todas as comendas que então foram elaborados. No caso concreto da comenda de Puços ela encontra-se em A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 128.

⁷ Para lá deste tombo foi produzida a acta respeitante à visitação das igrejas de Santo Estêvão de Puços e Santa Maria de Maçãs de Caminho a que já acima (nota 5) fiz referência e se encontra publicada na obra aí citada, pp. 65-70.

descrição dos limites da comenda⁸ ⁹, foram inventariadas todas as suas propriedades, começando pela estrutura habitacional destinada ao comendador e descrita com algum pormenor¹⁰, continuando pelo arrolamento das explorações agrícolas dos camponeses¹¹ e terminando com a enumeração dos direitos senhoriais a pagar pelos moradores¹². Um esquema muito experimentado pela generalidade dos grandes senhores fundiários da época, para não perderem o controlo das suas propriedades e que a Ordem de Cristo, também desta vez, repetiu em todos os lugares por onde se dispersavam os seus bens, isto é, de Norte a Sul do País.

1. As terras e os cultivos

Na aldeia de Puços - *vila*, segundo a terminologia da época¹³ - contavam-se sessenta explorações agrícolas, número que não pode surpreender por diminuto, dado o exíguo volume de população aí residente¹⁴. Essas explorações, na sua imensa maioria constituídas pelas terras de um casal, como era norma por toda a parte e como aqui teria sido, provavelmente, na totalidade dos casos, em tempos mais próximos daqueles em que a cada família fora talhada uma gleba que ela desbravara e afeiçoara aos habituais cultivos. Mas entretanto alguns séculos passaram, várias gerações se sucederam, muitas partilhas, cedências, aquisições, trocas se realizaram. Algumas dessas explorações desmembraram-se, outras aglutinaram-se. Se umas quantas explorações agregaram uma ou outra leira ao seu amanho ou fundiram as terras de dois ou mais casais¹⁵, outras

⁸ Este tomo é o documento já atrás citado (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 128-143). Continua ainda nos fólhos seguintes sob a mesma rubrica, mas trata-se da inventariação dos bens de Mações de Caminho, anexados à comenda. De momento não serão objecto de análise.

⁹ *Ib.*, fl. 128v.º-131v.º.

¹⁰ *Ib.*, fl. 132-132v.º. Também não será, de momento, objecto de análise.

¹¹ *Ib.*, fl. 133-141v.º. Para lá das explorações agrícolas propriamente ditas foram ainda tombados outros bens da Ordem: um lagar de azeite (*ib.*, fl. 133) e um moinho (*ib.*, fl.141v.º).

¹² *Ib.*, fl. 142-143.

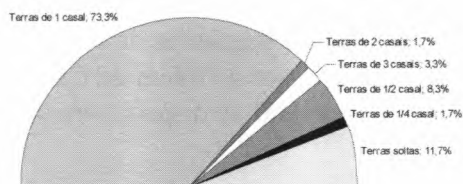
¹³ Fundamentalmente porque detinha alguma jurisdição sobre os moradores, ao abrigo do respectivo foral.

¹⁴ Já acima ficou dito (nota 4) que no termo de Puços viviam apenas quarenta e nove famílias.

¹⁵ Essas fusões devem ter-se realizado após cada um dos casais ter perdido parte das suas terras. Com efeito, se uma dessas explorações que agregava as terras de dois casais lançava anualmente à terra sessenta alqueires de cereal (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 135), a maior quantidade aqui encontrada, mas que se repetia numa outra, terras de um só casal (*ib.*, fl. 139), foi-nos dada a conhecer uma exploração aglomerando terras de três casais (*ib.*, fl.138), cuja lavra não comportava mais de quarenta alqueires de semente em cada ano.

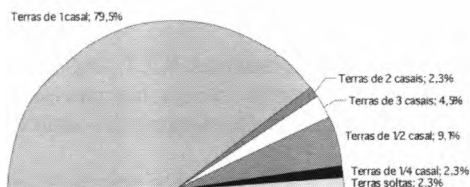
reduziram-se a fracções ou ficaram simplesmente desmembradas do casal que primitivamente lhes dera enquadramento¹⁶.

1 - Total de Explorações



Sobre todas estas terras a Ordem de Cristo tinha alguns interesses. De todas, portanto, nos foi deixada memória, embora de diferente qualidade. Na maior parte dos casos foi-nos dada uma rapidíssima descrição da propriedade nas suas terras de sementeira e nas suas vinhas, nos olivais e fruteiras que as povoavam, nas matas que lhes davam apoio. A cada uma delas foi apensada, à margem, a lembrança do foro a pagar pelo conjunto dos bens, independentemente das cotas parciárias que impendiam sobre os cultivos. Num número ainda significativo de casos - doze - só esta última informação nos foi transmitida. Quase nada nos diz sobre a exploração em si¹⁷. Limitar-me-ei, por isso, a analisar as lavouras de que, pelo menos, conhecemos os diversos elementos constituintes¹⁸.

2 - Explorações Descritas



¹⁶ Aspecto sublinhado também por Ana Maria S. A. Rodrigues, “A propriedade rural”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. por João José Alves Dias, Lisboa, 1998, pp. 95-96.

¹⁷ Esse foro consistia em uns quantos alqueires de trigo, um ou outro capão e algumas jeiras. Adiante voltarei a referir-me a este foro.

¹⁸ Nada nos foi dito que permita conhecer a razão da diferença de tratamento entre as diversas explorações agrícolas. De acordo com situações similares, eu diria que as propriedades não descritas seriam terras alodiais, que apenas pagariam ao senhor um foro recognitivo. As demais terras, aliás todas elas incluídas no reguengo de Alvaiázere, seriam, essas sim, cultivadas por foreiros, trabalhando, portanto, a terra alheia.

Também entre estas lavras se encontram todas as condições acima apontadas, isto é, se a maior parte delas integrava as terras de um casal, isso não era obrigatório para que se apresentasse como uma unidade aparentemente autónoma. Na análise que apresentarei em seguida não farei distinção entre elas¹⁹.

As glebas mais importantes de uma qualquer exploração agrícola medieval, tanto pela indispensabilidade do seu fruto como pela extensão que ocupavam, eram as terras de sementeira. Com ligeiríssima excepção, todos os camponeses de Puços cultivavam as suas searas, dividindo alternadamente a sementeira por duas folhas de igual dimensão²⁰. É mais uma vez a informação clara de que também aqui, como por todo o solo português²¹ e assim também por toda a Europa mediterrânea²², o cultivo do cereal se fazia de acordo com um esquema de rotação bienal de culturas.

¹⁹ Penso que na prática não havia distinção no que respeita às terras. Com efeito, se encontramos algumas glebas onde não se cultivava a vinha (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 133v.º, 136, 137v.º, 138v.º e outras mais), ou até se não semeava o cereal (*ib.*, fl. 140) e se diziam “um casal”, a única parcela de terra solta cujos cultivos nos foram dados a conhecer, integrava todos os elementos que encontramos nas restantes. E pagava o foro devido pela morada (*ib.*, fl. 140v.º).

²⁰ Como ficou dito na nota anterior, numa das explorações em análise não ficou registada qualquer terra de sementeira, duas outras lavravam apenas uma folha (*ib.*, fl. 137v.º e 140) e uma terceira, embora lavrando duas folhas, uma delas era quase o sétuplo da outra (*ib.*, fl. 136v.º).

²¹ Já vários investigadores estudaram o assunto em terras portuguesas. Podem ver-se, entre outros: Robert Durand, *Les campagnes portugaises Entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, 1982, pp. 34-41; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. I, Coimbra, 1983, pp. 202-203; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª ed., Lisboa, 1987, pp. 91-92; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcoçaba nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, pp. 217-222; Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Esgueira. A vida de uma aldeia do século XV*, Redondo, 1994, p. 100; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1995, p. 247; Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (Sécs. XIV-XV)*, Cascais, 2000, p. 76; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, vol. I, Cascais, 2000, pp. 192-193.

²² São inúmeros os trabalhos que têm versado este assunto. Citarei uns quantos, entre muitos possíveis: Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age. De la fin de l'Empire romain au XVI^e siècle*, vol. II de *L'agriculture à travers les ages*, dirig. por Émile Savoy, Paris, 1950, p. 270; Germain Sicard, “Les techniques rurales du Pays Toulousain au XIV^e et XV^e siècle d'après les contrats de métayage”, *Annales du Midi*, t. 71, 1959, pp. 83-85; Reyna Pastor de Togneri, “Problamiento, frontera y estructura agrária en Castilla la Nueva (1085-1230)”, *Cuadernos de historia de España*, vol. XLVII-XLVIII, 1968, pp. 215-216; Pierre Charbonnier, *Une autre France. La seigneurie en Basse Auvergne du XIV^e au XVI^e siècle*, vol. I, Clermont-Ferrand, 1980, p. 124; B. H. Slicher van Bath, *Historia agraria de Europa Occidental (500-1850)*, trad. de F. M. Lorda Alaiz, 2ª ed., Barcelona, 1978, p. 85; Javier García Sahagún,

Como era vulgar na Idade Média, as searas de Puços foram-nos apresentadas, na sua extensão, a partir do número de alqueires de cereal que comportavam na sementeira. Naturalmente essa forma de medir, que para os contemporâneos era tão clara quanto o necessário, cria-nos, a nós, complicados problemas, irresolúveis se quisermos que a sua solução seja muito rigorosa. Se nem os números que nos foram transmitidos passam de estimativas, nunca aqueles a que por seu intermédio possamos chegar, deixarão de ser, alguma vez, valores aproximados. Tentarei, pelo menos, que eles sejam tão aproximados quanto possível.

Vários autores se têm preocupado com este assunto, também entre nós²³ como em diversos outros lugares²⁴, e são já muitos os estudos em que o tema foi abordado. Com resultados que, embora não de todo coincidentes, o que aliás não seria de esperar, apontam, tendencialmente, numa mesma direcção²⁵.

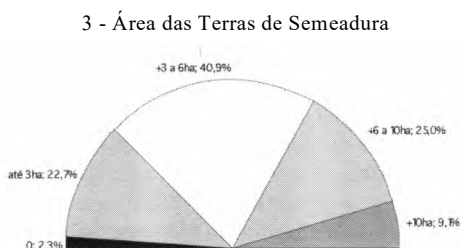
La organización del espacio agrario en Liébana durante la Edad Media, Santander, 1986, p. 26; Louis Stoff, *Arlés à la fin du Moyen Age*, vol. I, Lille, 1986, pp. 403-405; Monique Bourin-Derruau, *Villages médiévaux en Bas-Languedoc. Genèse d'une sociabilité. X^e-XIV^e siècle*, t. 2, *La démocratie au village. XIII^e-XIV^e siècle*, Paris, 1987, p. 26 ; Isabel Montes Romero-Camacho, *El paisaje rural sevillano en la Baja Edad Media. Aproximación a su estudio a través de las propiedades territoriales del cabildo-catedral de Sevilla*, Sevilha, 1989, p. 295; Juan Carlos Martín Cea, *El mundo rural castellano a fines de la Edad Media. El ejemplo de Paredes de Nava en el siglo XV*, Valladolid, 1991, p. 95; Georges Cornet, *Le paysan et son outil. Essai d'histoire technique des céréales (France VIII^e-XV^e siècle)*, Roma, 1992, pp. 89-91 ; Antonio Ivan Pini, « L'azienda agraria del convento di S. Domenico dopo la peste nera del 1348 », *Campagne bolognesi. Le radici agrarie di una metropoli medievale*, Florença, 1993, p. 164; Luis Miguel de la Cruz Herranz, "La vida local en las ordenanzas municipales. Hita (Siglos XV y XVI)", *En la España medieval*, vol. 21, 1998, pp. 354-356.

²³ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. I, pp. 140-141, vol. II, apêndices II e III; João Pedro Ferro, *Alenquer medieval (séculos XII-XV) Subsídios para o seu estudo*, Cascais, 1996, p. 126, como exemplo, entre outros.

²⁴ Jules-Marie Richard, "Thierry d'Hireçon, agriculteur artésien", *Bibliothèque de l'École de Chartes*, vol. LIII, 1882, pp. 391-397 ; Paulino Iradiel, *Progreso agrario, desequilibrio social y agricultura de transición. La propiedad del Colegio de España en Bolonia (siglos XIV y XV)*, Bolonha, 1978, pp. 191-192; Hugues Neveux, *Vie et déclin d'une structure économique. Les grains du Cambrésis (fin du XIV^e-début du XVII^e siècle)*, Paris-La Haya-New York, 1980, pp. 210-215 ; Michel le Mené, *Les campagnes angevines à la fin du Moyen Age (vers 1350-vers 1530) Étude économique*, Nantes, 1982, p. 287 ; Georges Cornet, *Le paysan et son outil*, pp. 148-150 ; Antonio Ivan Pini, "L'azienda agraria del convento di S. Domenico", cit., p. 164; Jean Pierre Barraqué, *Saragosse à la fin du Moyen age. Une ville sous influence*, Paris-Montreal, 1998, p. 200, entre outros e a título de exemplo.

²⁵ Naturalmente a quantidade de semente lançada à terra, variava de acordo com múltiplos factores de diversa natureza, a que não podemos ter acesso. Se pensarmos nas condições do terreno, variável, inclusive, em espaços muito curtos; nas opções do agricultor, querendo obter maior colheita numa determinada terra, e lançando aí mais semente ou querendo, pelo contrário,

De momento, e porque a documentação não permite abordagem diferente, usarei valores já encontrados por outrem. Uma vez que as fontes trabalhadas por Maria Helena da Cruz Coelho são muitíssimo volumosas²⁶, o que pode minimizar os desvios à norma e ainda, embora isso não seja de tal modo importante, as áreas analisadas são relativamente próximas, usarei os números apresentados por aquela autora, escolhendo como referente o valor mais próximo das parcelas modais²⁷. Como os quantitativos aí expressos se reportam à relação semente/jeira, foi necessário, também, atribuir a esta um valor de equivalência ao hectare, a tomar o resultado compreensível na actualidade. Para isso usarei o mesmo que A. H. de Oliveira Marques propôs²⁸ e que eu própria já há tempo, em outro trabalho, tinha utilizado²⁹.



De acordo com aqueles pressupostos, para lá de uma exploração que não lavrava terras de sementeira³⁰, mas se limitava a uma pequeníssima vinha³¹ e algumas árvores, oliveiras e fruteiras, todas as outras se escalonavam entre o

poupar a sua gleba fazendo aí mais rala sementeira; no cereal que se iria produzir - trigo, cevada, centeio, milho na experiência de cada camponês; nas disponibilidades de grão que cada um tinha para semear; nos costumes locais, que de tal modo influenciavam os comportamentos individuais, teremos pensado apenas em alguns dos factores com influência directa no acto de semear. Não obstante, vale a pena continuar tentando, de modo a obter valores cada vez mais credíveis.

²⁶ Cf. nota 23.

²⁷ As parcelas modais têm, no reguengo do Bolão o valor de seis e no de Tentúgal e Santa Cristina, o valor oito (*O baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. II, apêndices II e III). Escolhi o valor intermédio para operar neste caso.

²⁸ A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 110.

²⁹ *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 176-177.

³⁰ Trata-se de um casal situado junto à igreja, na aldeia de Pinhanços e cultivado por uma família talvez constituída por pai e filho, dado que são referidos dois homens, de nome Pedro Eanes e Bartolomeu Peres (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 140). Não é caso inédito, pois já vários autores referiram esta situação (Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age*, pp. 336-337; Marie-Thérèse Lorcin, *Les campagnes de la région lyonnaise aux XIV^e et XV^e siècles*, Lyon, 1974, p. 28), incluindo eu própria ("Da estrutura do casal nos fins da Idade Média", *Historia e Crítica*, n.º 7, 1981, p. 61).

pouco mais de 0,5ha^{31 32} e os Ilha³³. Eram explorações de grandeza muito semelhante a tantas outras que se têm encontrado por todo o País³⁴ e não só³⁵, sobretudo se pensarmos que a maioria - mais de 40% - se situava entre os três e os seis hectares³⁶.

Acompanhando as terras de sementeira, como por toda a parte onde o Mediterrâneo exerce a sua influência climática, as vinhas acompanhavam as searas na generalidade das explorações agrícolas. Pequenas leiras, por vezes

³¹ Cavadura de um homem. Adiante me referirei a esta forma de medir.

³² Duas pequenas explorações, uma delas que apenas se lavrava em anos alternados uma vez que toda a sua terra se contava numa só folha, a comportar seis alqueires de sementeira (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 137v.º) e a outra cultivada de forma habitual, em duas folhas, levando, cada uma delas, três alqueires de semente (*ib.*, fl. 141v.º).

³³ Eram também duas as maiores explorações, comportando, cada uma delas, sessenta alqueires de semente em cada uma das duas folhas habituais (*ib.*, fl. 135 e 139).

³⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. I, pp. 84-89, 104, 121-128; *id.*, “O povo - a identidade e a diferença no trabalho”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras. Do condado portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, p. 270; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 109-110; *id.*, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. pelo mesmo e Joel Serrão, Lisboa, 1987, p. 79; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 76; *id.*, “Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, p. 227; Ana Maria S. A. Rodrigues, “O património das Donas de Santos no termo de Torres Vedras durante a Idade Média”, *Espaços, gente e sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval*, Cascais, 1996, p. 185; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 186-187.

³⁵ Também por toda a Europa se tem versado o assunto, com resultados idênticos. Entre muitos autores possíveis de serem aduzidos nesta circunstância, vejamos: Léopold Génicot, “L’entendue des exploitations agricoles dans le comté de Namur à la fin du XIII^e siècle”, *Études rurales*, n.º 5-6, 1962, pp. 20-23; Guy Bois, *Crise du féodalisme. Économie rurale et démographie en Normandie Orientale du 14^e siècle au milieu du 16^e siècle*, Paris, 1986, pp. 138-140; B. H. Slicher van Bath, *Historia agraria de Europa Occidental (500-1850)*, trad. de F. M. Lorda Alaiz, 2^a ed., Barcelona, 1978, pp. 197-200; Pierre Charbonnier, *Une autre France*, vol. I, p. 386; Hugues Neveux, *Vie et déclin d’une structure économique*, p. 21; Michel Le Mené, *Les campagnes angevines à la fin du Moyen Age*, p. 296.

³⁶ Os valores apontados pelos autores que acima citei reportam-se, quase sempre, às terras do casal no seu conjunto. Creio, no entanto, não ser despropositada a comparação na medida em que as terras de sementeira ocupavam a imensa parte de todas as glebas e aqui, em Puços, as únicas outras parcelas de terra contabilizáveis, são as vinhas que, como aumentos máximos, pontuais, se ficariam nos 5,5%. Aliás, a comparação entre os valores que apresento no gráfico 3 e os que são dados pelos autores acima citados, a consonância é grande.

muito pequenas, como era de regra, tanto aqui, entre nós³⁷, como fora de Portugal³⁸. A facilitar, por assim dizer, a todas as famílias, o acesso à bebida que a Idade Média mais prezou.

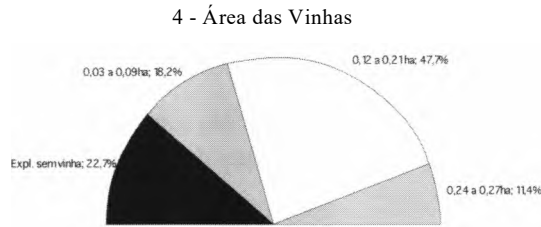
Como é habitual entre nós, a superfície das vinhas foi-nos dada em *homens de cavadura*³⁹ que, na sequência de Armando de Castro⁴⁰, se tem feito equivaler a 300m².

³⁷ José Marques, “A confraria de S. Domingos de Guimarães”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2ª s., vol. I, Porto, 1982, pp. 23-24; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. I, pp. 123-125; Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, “Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média”, *1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV. Jornadas de história medieval*, Lisboa, 20 a 22 de Junho de 1985, Lisboa, 1985, p. 79; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 182; id., “Entre o campo e a cidade”, cit., p. 230; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1990, pp. 77-79; Saúl António Gomes, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, 1990, p. 213; Hermenegildo Nuno Goinhas Femandes, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*, dissert. dactil., Lisboa, F.C.S.H., 1991, pp. 139-140; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1995, pp. 201-202; id., “O património das Donas de Santos no termo de Torres Vedras durante a Idade Média”, cit., p. 176; Mário Viana, *Os vinhedos medievais de Santarém*, Cascais, 1998, pp. 33-34; Isabel Castro Pina, *A encosta ocidental da serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média*, Cascais, 1998, p. 38; José Pavia Cumbre, “Acomenda da Ordem de Cristo de Santa Maria-a-Grande de Portalegre”, *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, vol. 2, Lisboa-Palmela, 1999, p. 77; Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, 2003, p. 94.

³⁸ Enrique Gavilán, *El dominio del monasterio de Parraces en el siglo XV. Un estudio sobre la sociedad feudal*, s. L, 1986, p. 250; Louis Stouff, *Arles à la fin du Moyen Age*, vol. I, p. 381; Monique Bourin-Derruau, *Villages médiévaux en Bas Languedoc*, vol. II, p. 28; Francisco Ruiz Gómez, *Las aldeas castellanas en la Baja Edad Media. Oña en los siglos XIVy XV*, Madrid, 1990, p. 176; Antonio Ivan Pini, “Il patrimonio fondiario di un “borghese” negli estimo cittadini fra Due e Trecento”, *Campagne bolognesi. Le radici agrarie di una metropoli medievale*, Florença, 1993, p. 74; Giuliano Pinto, “Economia e società di un castello maremmano: Scarlino fra Quatro e Cinquecento”, *Toscana medievale. Paesaggi e realtà sociali* Florença, 1993, p. 203; Francisco Xavier Fernández Conde, *El señorío del cabildo ovetense. Estructuras agrarias de Asturias en el Tardo Medioevo*. Oviedo, 1993, p. 72; Fermín Miranda García, “El espacio del viñedo en la periferia de las ciudades navarras (1259-1350)”, *En la España medieval*, vol. 21, 1998, pp. 63-64.

³⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. I, p. 166; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 182; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora*, p. 77; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, p. 177. Também fora de Portugal se usou essa unidade de medida para as vinhas. Veja-se Francisco Ruiz Gómez, *Las aldeas castellanas en la Edad Media*, p. 176.

⁴⁰ Armando de Castro, *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*, vol. II, Lisboa, 1964, p. 226; vol. III, Lisboa, 1965, pp. 273-274.



De acordo com este valor, encontramos minúsculas parcelas de vinha que pouco ultrapassavam, na sua extensão máxima, o quarto de hectare⁴¹. Não obstante esta pequenez, excepcional no panorama português⁴², uma boa parte das explorações em análise não cultivava o vinho. De entre as que nos foi dado conhecer algumas eram pequeníssimas⁴³ e não bastariam, sequer, ao consumo de uma só pessoa. O agricultor teria que cultivar outras terras, onde faria, sem dúvida, o seu vinho.

A complementar estes produtos básicos, a árvore crescia por todo o lado. Oliveiras e fruteiras em primeiro lugar. Foram-nos apresentadas no seu número, contadas uma a uma, nas suas diversas espécies. Como tantas vezes acontece na nossa documentação. Aparentemente desligadas da terra, como se esta fosse um acessório ao cultivo da árvore. Naturalmente muitas delas implantavam-se nas terras de lavoura e sobretudo nas vinhas ou na horta que o camponês nunca deixava de afeiçoar junto da sua morada. Era já na época largamente dominante este sistema de cultivo em toda a Europa mediterrânea⁴⁴ e assim também no

⁴¹ Cf. gráfico 4.

⁴² Veja-se a bibliografia citada na nota 37.

« A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 133v.º, 137v.º, 140.

⁴⁴ Por exemplo: Antonio Malpica Cuello, *El concejo de Loja (1486-1508)*, Granada, 1981, pp. 246-257; Louis Stouff, *Arles à la fin du Moyen Age*, vol. I, p. 377; Hilario Casado Alonso, *Señores, mercaderes y campesinos. La comarca de Burgos a fines de la Edad Media*, Valladolid, 1987, p. 140; Manuel García Fernández, *El reino de Sevilla en tiempos de Alfonso X (1312-1350)*, Sevilla, 1989, pp. 216-218; Carmen Díez Herrera, *La formación de la sociedad feudal en Cantabria. La organización del territorio en los siglos IXa XV*, Cantabria, 1990, p. 139; Juan Torres Fontes, *Repartimiento y Repoblación de Murcia en el siglo XIII*, 2ª ed., Murcia, 1990, p. 44; Pedro Hernández Benito, *La vega de Granada a fines de la Edad Media según las rentas de habices*, Granada, 1990, p. 72; Giuliano Pinto, “Economia e società di un castello maremmano”, cit., p. 203; Angela Lanconelli, *La terra Buona. Produzione, tecniche e rapporti di lavoro nell'agro viterbese fra Due e Trecento*, Bolonha, 1994, pp. 92-101; José María Sánchez Benito, *Las tierras de Cuenca y Huete en el siglo XIV. Historia económica*, Murcia, 1994, p. 135; María Martínez Martínez, *La cultura del aceite en Murcia (siglos XIII-XV)*, Murcia, 1995, p. 22.

nosso País⁴⁵, até como um dos elementos da reconstrução agrícola que a Idade Média implementou e largamente praticou, sobretudo desde meados do século XIV⁴⁶. Mas em alguns casos essa solução era impraticável. Quando, por exemplo, nos foi dito que uma exploração agrícola contava com cem ameixoeiras e várias outras árvores de fruto⁴⁷, *muitas* figueiras⁴⁸, ou *muitas* ameixoeiras⁴⁹, expressão que, dado o contexto, não nos permite pensar em número inferior a cem,

⁴⁵ Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 93-96; *id.*, “Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV”, *cit.*, p. 230; *id.*, “Traços da paisagem rural nas terras de Alcobaça (séculos XIV e XV)”, no prelo; *id.* e Maria de Fátima Botão, *As confrarias medievais da região de Alcanena*, vol. IV de *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnográficos*, Ferreira do Zêzere, 1989, p. 49; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, p. 77; Saúl António Gomes, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, p. 193; *id.*, “Mundo rural e mundo urbano”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras. Do condado portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, p. 388; Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Esgueira*, p. 109; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995, pp. 351-352; Maria Filomena Andrade, *O mosteiro de Cheias uma comunidade feminina na Idade Média. Património e gestão*, Cascais, 1996, pp. 52-53, 55; Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval. A colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*, Cascais, 1998, p. 46; Isabel Castro Pina, *A encosta ocidental da serra da Estrela*, pp. 42-43; Mário Viana, *Os vinhedos medievais de Santarém*, pp. 38-42; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 213, 217, 228-233; *id.*, “O espaço periurbano da vila portuguesa de Tomar”, *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, 1999, pp. 138-139; *id.*, “Sobre o património da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Da origem ao final do século XV”, *ib.*, p. 190; José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, *Organização do espaço e gestão de riquezas. Loures nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1999, pp. 40-41; Sebastiana Pereira L. Lopes, “Os bens de frei João Femandes de Oliveira na comenda da Ordem de Cristo de Castro Marim”, *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, vol. 2, Lisboa-Palmela, 1999, p. 156; Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo*, pp. 91-92; Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcáçer do Sal na Idade Média*, Lisboa, 2000, p. 143; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XV. Gestão feminina de um património fundiário*, Lisboa, 2001, p. 65; Ana Maria S. A. Rodrigues “Vinhedos torrienses nos finais da Idade Média”, *O vinho, a história e a cultura popular*, Actas do Congresso, Instituto Superior de Agronomia, 24 e 25 de Junho de 1994, Lisboa, 2001, p. 173; Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, p. 105.

⁴⁶ Já vários outros autores se referiram também a este assunto. Veja-se por exemplo: Robert Fossier, “Le second souffle de FEurope”, *Le Moyen Age*, dir. pelo mesmo, vol. 3, *Le temps des crises*, Paris, 1983, p. 395; Monique Bourin, *Villages médiévaux en B as-Languedoc*, vol. 2, p. 243.

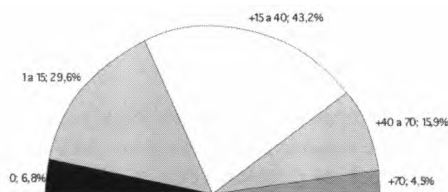
⁴⁷ 145 no total (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 137).

⁴⁸ *Ib.*, fl. 135v.º.

⁴⁹ *Ib.*, fl. 139.

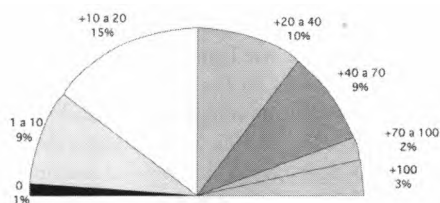
acrescido, em todos os casos, de algumas plantas de outras espécies, não podemos considerá-las apenas dispersas pelas demais terras. A imagem do pomar, como também do olival, impõe-se⁵⁰.

5 - Número de Oliveiras por Exploração



Muitas ou poucas oliveiras, quase todas as explorações contavam com alguns exemplares⁵¹. A gordura básica para a cozinha camponesa e talvez algumas azeitonas, curtidas, a darem sabor ao pão, estava assegurado a quase todos, embora, em alguns casos, por pouco tempo em cada ano. Várias famílias contavam apenas com um número muito reduzido de árvores⁵², ao menos no termo de Puços.

6 - Número de Fruteiras por Exploração



Por sua vez as fruteiras estavam também largamente implantadas em todo o espaço em análise, dado que só uma das explorações agrícolas aqui consideradas não contava com qualquer árvore a crescer nas suas terras⁵³. Pelo contrário, eram bastantes as famílias que, por certo ao longo dos anos e no decurso de mais do que uma geração, se foram preocupando com esta vertente da produção doméstica, a aumentar os seus recursos e a diversificar e alegrar a sua mesa, sem considerável acréscimo de trabalho. Bastantes eram aqueles que, à época,

⁵⁰ O número máximo de oliveiras contabilizadas nestas explorações foi de 78 (*ib.*, fl. 137). Ainda assim, relativamente elevado.

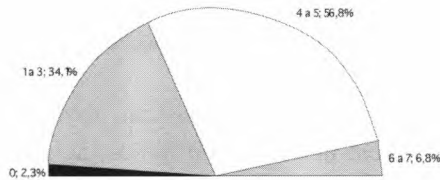
⁵¹ Totalizou 1.220 oliveiras.

⁵² Veja-se o gráfico 5.

⁵³ A.N.T.T., *O.C./CT*, liv. 309, fl. 135.

podiam contar com umas quantas dezenas de fruteiras a povoar as suas terras⁵⁴. É mais uma prova da importância alcançada pela fruta durante a Baixa Idade Média⁵⁵.

7 - Número de Espécies Frutícolas por Exploração



Como se tem verificado em todo o País⁵⁶, a fruteira encontrava-se representada por várias espécies e dentro de cada uma das explorações agrícolas aqui presentes tentava-se a variedade, a diversificar utilizações e sabores. Penso que é sintomático o facto de em bastante mais de metade dos casos em análise, cada família poder contar com quatro ou cinco variedades de fruta⁵⁷.

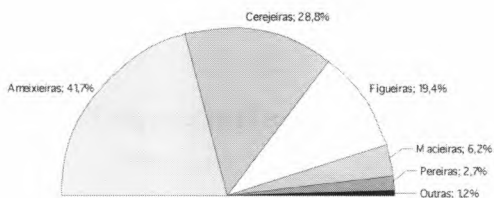
⁵⁴ Veja-se o gráfico 6.

⁵⁵ Hilario Casado Alonso (*Señores, mercaderes y campesinos*, p. 140), considera que a árvore era mais importante na Idade Média do que actualmente, porque não colocava a seara ou a vinha em perigo, sendo estas o principal interesse do camponês. Mas a árvore foi um elemento sempre presente nas paisagens mediterrânicas, talvez, como opina Jean-Robert Pitte, fruto do casamento entre um clima ameno e o amor às árvores herdado dos romanos (*Histoire du paysage français*, 1.1, *Le sacré: de la préhistoire au XV^e siècle*, Paris, 1983, p. 122).

⁵⁶ Vejam-se, por exemplo: Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. I, p. 190; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 93-94; id., “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho. O testemunho das inquirições de 1258”, 2.º Congresso histórico de Guimarães. *Actas do congresso*, vol. 6, *História local I, Idade Média, séculos XIII-XV Época Contemporânea*, Guimarães, 1996, pp. 11-12; id., “Proença a Velha, inícios do século XVI. Os bens e os direitos de uma comenda da Ordem de Cristo na Beira Interior”, *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, vol. 2, Lisboa-Palmela, 1999, p. 34; Manuela Santos Silva, “Para o estudo da produção frutícola no concelho de Loulé (Os “Livros de Repartição da Fruta” do século XV)”, *Actas das III Jornadas de história medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1989, pp. 255-260; Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 144; id., *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 227-233; Maria do Rosário da Costa Bastos, *Santa Maria da Oliveira. Um domínio monástico do Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média*, Vila Nova de Famalicão, 1996, pp. 256-260; Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo*, pp. 96-98.

⁵⁷ Cf. gráfico 7.

8 - Peso das Diferentes Variedades de Fruteiras



Naturalmente nem todas as espécies gozavam do mesmo interesse por parte do agricultor. A amostra em análise pode fraccionar-se, se assim quisermos, em três grupos, de acordo com a respectiva importância numérica: um primeiro formado por ameixas, cerejas e figos; um segundo ajuntar maçãs e peras; um terceiro a englobar as demais fruteiras⁵⁸.

Ao contrário do que tem sido verificado na maior parte dos estudos sobre o assunto, em que o figo, pelo seu valor alimentício, mas talvez sobretudo pela facilidade com que pode secar-se, aumentando para longos meses uma precaríssima duração em fresco, aparece em primeiro lugar⁵⁹, aqui tudo indica ser a ameixa o fruto preferido - com mais de seiscentos exemplares contabilizados - reservando-se apenas a terceira posição para o figo, no entanto presente em perto de quatro centenas de árvores. A ameixa, todavia, também tem sido encontrada, em outros lugares que não apenas aqui, em situação de relevo⁶⁰. A cereja, porém, muito cultivada nesta aldeia, encontra paralelo em muito poucos lugares. Tem, é certo, a vantagem de ser a primeira fruta da época, mas de pequena duração e muito perecível. Creio que só um clima apropriado a faria, aqui, prosperar, como, aliás, na mesma época, acontecia também em parte da Beira Interior⁶¹.

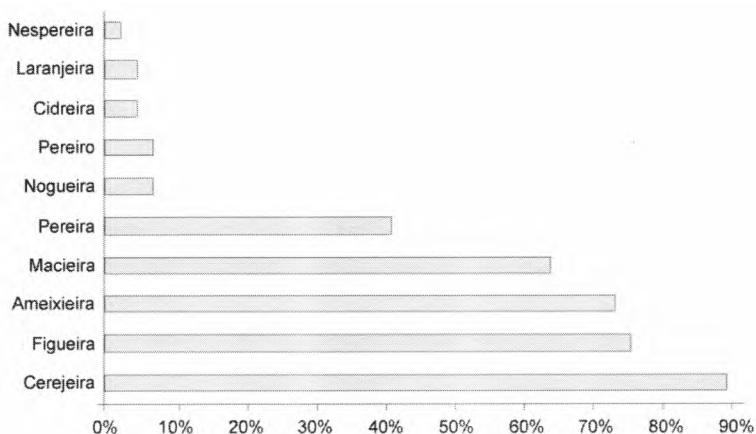
⁵⁸ Cf. gráfico 8.

⁵⁹ Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 93; *id.*, “Proença a Velha”, *cit.*, p. 34; Maria do Rosário da Costa Bastos, *Santa Maria da Oliveira*, p. 115; Manuel Silvío Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 222-230; Sebastiana Pereira L. Lopes, “Os bens de frei João Fernandes de Oliveira”, *cit.*, p. 155; Manuela Catarino, “Para o estudo da produção frutícola”, *cit.*, pp. 255-260; Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo*, p. 97; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, “A produção agro-pecuária”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. por João José Alves Dias, Lisboa, 1998, p. 176.

⁶⁰ Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 94; Manuel Silvío Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, p. 229, por exemplo.

⁶¹ Trabalho que tenho entre mãos.

9 - Implantação da Árvore de Fruto no Conjunto das Explorações Agrícolas

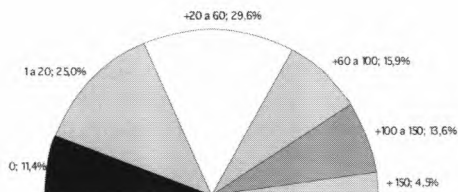


Assim tão numerosas, estas espécies encontravam-se em quase todas as explorações agrícolas e, curiosamente, a cerejeira mais do que qualquer uma das outras⁶². No entanto sempre acompanhada por algumas mais espécies e a formarem, no seu conjunto, um coberto frutícola de grande interesse⁶³.

Por fim, a terminar os elementos constitutivos deste grupo de explorações agrícolas, a árvore do monte.

A cobertura florestal que aqui nos foi dado conhecer, surge carregada de alguma monotonia. No entanto ela seria, na realidade, bastante mais variada do que a documentação parece indicar.

10 - Número de Essências Florestais por Exploração

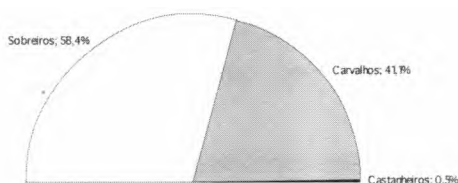


⁶² Cf. gráfico 9.

⁶³ Contabilizei 1.462 fruteiras.

As árvores que nos foram dadas a conhecer, quase só carvalhos e sobreiros, talvez porque seriam as mais valiosas, encontravam-se repartidas pelas diversas explorações agrícolas em número muito desigual⁶⁴, tal como acontecia com árvores de fruto e oliveiras. No entanto, as essências florestais não podiam acantonar-se nos estreitos limites das glebas camponesas - embora algumas pudessem, isoladas ou em pequeninos grupos, salpicar as terras de lavoura - até porque em alguns casos eram muito numerosas⁶⁵. Assim elas deviam formar uns quantos bosquetes em que a primitiva florestas climácica ainda manteria algumas das suas marcas. E uma das mais importantes, que não podia ter desaparecido por completo, era a coexistência harmoniosa

11 - Peso das Diversas Essências Florestais



de variadas espécies florísticas⁶⁶. No entanto, sobreiros e carvalhos, aqueles ainda mais do que estes, pois ultrapassavam os 58%⁶⁷, eram as árvores persistentemente citadas e contadas, talvez no respeito às suas madeiras nobres, como as classifica Nicole Devy-Vareta⁶⁸. Acompanhando estas árvores só uns pouquíssimos castanheiros, sem expressão numérica, mas com grande proveito para os seus utilizadores.

⁶⁴ Cf. gráfico 10.

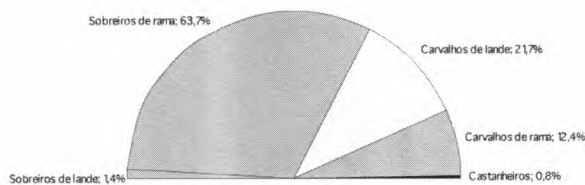
⁶⁵ Uma destas explorações tinha meio sobral de rama (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 137) e em relação a várias outras ficou registado que tinham “muitos” carvalhos/sobreiros (*ib.*, fl. 135, 137v.º-138, 138, 138v.º, 138v.º-139) e em uma exploração foram contados 135, sem divisão por espécies. Não obstante este último número indiciar que os visitantes podiam contar, sem cansaço, mais de cem árvores, para não exagerar os resultados preferi, como atrás indiquei relativamente às fruteiras, não elevar a equivalência dos seus “muitos” para lá da centena. Ainda assim somei 2.244 árvores.

⁶⁶ Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a “coutada velha” do rei”, *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I s., vol. I, Porto, 1985, p. 48.

⁶⁷ Cf. gráfico 11.

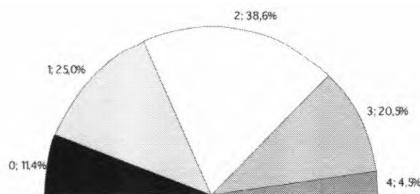
⁶⁸ Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)”, *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I s., vol. I, Porto, 1986, pp. 8-9.

12 - As Variedades Florestais



Mas carvalhos e sobreiros podiam ser indicados nas suas variedades - carvalho/sobreiro de lande/rama, de acordo com as expressões usadas pela documentação - o que já introduzia alguma diversidade no coberto florestal a que podemos ter acesso. Infelizmente nem sempre somos informados com precisão e em muitos casos sabemos apenas que determinada exploração contava com x carvalhos⁶⁹ ou sobreiros de lande e rama⁷⁰, sobreiros e carvalhos de rama⁷¹, ou até carvalhos e sobreiros de lande e rama⁷², a contemplar, em conjunto, todas as oportunidades.

13 - Número Mínimo de Variedades Florestais por Exploração



Ainda assim foi possível, a partir de um número bastante significativo de casos, a ultrapassar com largueza a metade⁷³, indicar algumas tendências que apontam para o interesse em diversificar espécies⁷⁴, tão constante durante toda a Idade Média e para a enorme supremacia da mata de rama sobre a mata de frutos⁷⁵.

⁶⁹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 133v.º, 135, 135v.º, 139-139v.º.

⁷⁰ *Ib.*, fl. 136.

⁷¹ *Ib.*, fl. 134v.º.

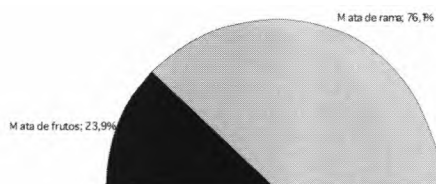
⁷² *Ib.*, fl. 133v.º.

⁷³ 55,6%.

⁷⁴ Cf. gráfico 13.

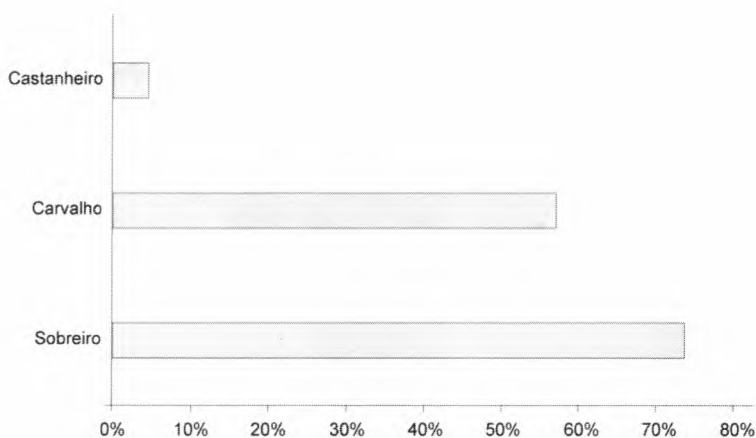
⁷⁵ Cf. gráfico 14.

14 - Dedicção da Mata



De uma maneira geral sobreiros e carvalhos acompanhavam-se na prestação de apoio ao camponês, no quadro da exploração agrícola. Apenas os sobreiros, porque se revelaram maioritários⁷⁶, também os encontramos em maior número de explorações⁷⁷. Só os castanheiros, como não podia deixar de ser, vista a sua diminuta expressão numérica, pouco beneficiariam estes camponeses.

15 - Implantação da Essência Florestal no Conjunto das Explorações Agrícolas



2. Produtividade e produção

Que produtividade apresentavam estas terras, que volume de produção se poderia obter, que produtos eram mais rendíveis, que parte da colheita revertia para o camponês, são algumas das muitas perguntas que todos gostaríamos de

⁷⁶ Talvez pelo interesse que a cortiça revestia, embora nada, na documentação em análise, permita alicerçar a hipótese.

⁷⁷ Cf. gráfico 15.

colocar a um documento do género deste que aqui está a ser objecto de análise. Infelizmente não podemos, a qualquer delas, responder com segurança. A única abordagem possível é, penso, no domínio da estimativa e, ainda assim, apenas no que se refere à produção do cereal e do vinho. E, não obstante, sujeita a significativas margens de erro. Apesar de tudo penso que não devem ser desprezadas as possibilidades de abordar o assunto, por ténues que elas sejam.

Comecemos pelo cereal.

Em relação a todas as terras nos foi indicado o quantitativo de semente a lançar em cada uma das duas folhas em que se dividiam as respectivas lavras⁷⁸, isto é, sabemos quantos alqueires de cereal cada uma das famílias lançava nas suas terras. Mas não sabemos que espécie de grão o agricultor escolhia, em cada ano, para a sementeira - a não ser, talvez, que semearia algum trigo, ao menos o suficiente para pagar o foro, estipulado no cereal nobre - mas sabemos que a produtividade da semente variava de um grão para outro. Sabemos também que, desarmado o camponês contra a Natureza, caprichosa que por vezes ela era, foram frequentes e enérgicas as oscilações da produção cerealífera, tanto no tempo - mesmo tempo curto - como no espaço - mesmo espaço próximo⁷⁹. São estes entraves e dificuldades de vulto, a perturbar o caminho. Há que tê-los em conta.

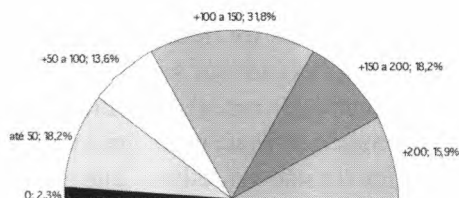
⁷⁸ Como atrás deixei dito, uma das explorações agrícolas em análise não contava com terras de sementeira.

⁷⁹ A variabilidade dos índices de produção cerealífera tem sido, desde há bastante tempo, objecto de estudos vários, levados a cabo para diversas regiões da Europa. Podem ver-se, por exemplo: Georges Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident medieval (France, Angleterre, Empire, IX^e- XV^e siècles). Essai de synthèse et perspectives de recherches*, vol. I, Paris, 1962, pp. 185-186 ; *id.*, « Le problème des techniques agricoles », *Hommes et structures au Moyen Age*, Paris-La Haya, 1973, p. 252 ; Gérard Sivéry, “L'évolution des prix du blé à Valenciennes aux IX^e- XV^e siècles”, *Revue du Nord*, t. XLVII, 1965, p. 183 ; Léopold Génicot, *Le XIII^e siècle européen*, Paris, 1968, pp. 342-343; Antonio Collantes de Terán Sánchez, “Un modelo andaluz de explotación agraria bajo medieval”, *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada de las ciencias históricas*, vol. II, *Historia medieval*, Santiago de Compostela, 1975 pp. 144-145; Guy Lourquin, “Le temps de la croissance”, *Histoire de la France rurale*, dirig. por Georges Duby e Armand Wallon, vol. I, *La formation des campagnes françaises des origines au XIV^e siècle*, dirig. por Georges Duby, Paris, 1975, pp. 451-454; Hugues Neveux, “Bonnes et mauvaises récoltes du XIV^e au XIX^e siècle. Jalons pour une enquête systématique”, *Revue d'histoire économique et sociale*, vol. 53, 1975, pp. 177-192; Hilario Casado Alonso, *Señores, mercaderes y campesinos*, p. 180; Antonio Ivan Pini, “L'azienda agraria del convento di S. Domenico”, *cit.*, p. 162.

Todavia, bastantes trabalhos foram já realizados entre nós⁸⁰ e muitíssimos em toda a Europa que participa das nossas condições técnicas e climáticas⁸¹, os quais permitem, com alguma segurança, encontrar médias operativas credíveis, apontando para uma produtividade na ordem das quatro, cinco sementes.

Escolhi, neste caso, o valor cinco⁸².

16 - Estimativa da Produção Cerealífera por Unidade de Exploração (em alqueires)



⁸⁰ Como exemplo, podem ver-se: A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 48-50; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. I, pp. 142-143; vol. II, apêndices II e III; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIVeXV*, p. 340-344; Isabel Castro Pina, *A encosta ocidental da serra da Estrela*, p. 29.

⁸¹ São inumeráveis os trabalhos que têm abordado este assunto. A título de exemplo poderei indicar: Jules-Marie Richard, “Thierry d’Hireçon agriculteur artsésien”, *cit.*, pp. 391-401; Marc Bloch, *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*, 2ª ed., Paris, 1953, p. 26; Georges Duby, “Techniques et rendements agricoles dans les Alpes du Sud en 1338”, *Annales du Midi*, t. 70, 1958, pp. 410-411; *id.*, “Le grand domaine de la fin du Moyen Age en France”, *Hommes et structures au Moyen Age*, Paris-La Haya, 1973, p. 134; Guy Fourquin, “Le temps de la croissance”, *cit.*, p. 451; María Xosé Rodríguez Galdo, *Señores y campesinos en Galicia. Siglos XIV-XV*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 104-105; Paulino Iradiel, *Progreso agrario, desequilibrio social y agricultura de transición*, pp. 192-198; B. H. Slicher van Bath, *Historia agraria de Europa Occidental*, p. 259; Pierre Charbonnier, *Une autre France*, vol. I, p. 124; Giuliano Pinto, *La Toscana nel Tardo Medioevo. Ambiente, economia rurale, società*, Florença, 1982, pp. 123-129; *id.*, “Economia e società di un castella maremmano”, *cit.*, p. 201; Massimo Montanari, “Rese cerealicole e rapporti di produzione”, *Campagne medievali. Strutture produttive. Rapporti di lavoro. Sistemi alimentari*, Turim, 1984, pp. 55-71; Gérard Sivéry, *Terroirs et communautés rurales dans l’Europe occidentale au Moyen Age*, Lille, 1990, pp. 31-32; Giovanni Cherubini, “Risorse, paesaggio ed utilizzazione agricola del territorio delia Toscana sud-occidentale nei secoli XIV-XV”, *Scritti toscani. L’urbanesimo medievale e la mezzadria*, Florença, 1991, p. 231; Georges Comet, *Le paysan et son outil*, pp. 311-313; Julio A. Pérez Celada, *El monasterio de San Zoilo de Carrión. Formación, estructura y decurso histórico de un señorío castellano-leonés (siglos XI a XVI)*, Burgos, 1997, p. 49.

⁸² Tal como fiz atrás, na escolha dos valores para a obtenção das áreas destas mesmas parcelas, escolhi o valor cinco por ser, de entre os mais generalizadamente encontrados em toda a Europa mediterrânea, o que mais se aproxima das médias encontradas por Maria Helena da Cruz Coelho que trabalhou, entre nós, com o maior volume de informação e analisou um espaço muito próximo do que agora está em causa (*O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. II, apêndices II e III).

De acordo com os pressupostos acima indicados, a produção cerealífera de Puços variava num leque bastante grande de quantitativos que ia dos quinze aos trezentos alqueires. Se quisermos, para uma melhor abordagem do assunto, organizar esses quantitativos em classes, verificamos que havia uma grande percentagem de famílias - aproximadamente um terço - que não ceifava mais de cem alqueires de grão⁸³ e poucas ultrapassavam os duzentos alqueires⁸⁴. Ao menos no termo de Puços. Cultivavam, todas elas, pequenas lavras que, após as várias punções dominiais e senhoriais que sofriam, ficavam reduzidas, sobretudo as mais magras, a quase nada⁸⁵.

As estimativas da produção vinícola, entre nós e não só, são mais frágeis ainda do que as acima tentadas, não só porque o volume da informação disponível, capaz de ser utilizada nesta perspectiva é, em toda a parte, muitíssimo menor, mas também porque as diferenças de produtividade se têm revelado em extremo díspares, a cavar fossos enormes entre máximos e mínimos⁸⁶. Tentarei, no entanto e apesar disso, avançar com uma estimativa e usarei, para tal, o valor de 8,7 almudes⁸⁷ por 300m² de vinha⁸⁸, de acordo com os valores obtidos nas produções do Baixo Mondego⁸⁹.

⁸³ Estes valores foram obtidos na presunção de um afolhamento bienal estrito. É certo que já se praticavam entre nós, nesta época, alguns ensaios de sementeira nos pousios, e não só de leguminosas, mas também de cereais de segunda que, no entanto, se destinavam sobretudo à produção de forragens, mas, por outro lado, em algumas terras o ciclo rotativo alongava-se por vários anos, três, quatro ou mais, ficando assim as terras devolutas durante dois, três ou mais anos (Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 219-220 e bibliografia aí citada). Mas se fizermos fê na letra do documento em análise, essas situações não ocorreriam em Puços.

⁸⁴ Cf. gráfico 16.

⁸⁵ Referir-me-ei, em seguida, ao assunto.

⁸⁶ Entre nós também já alguns autores se debruçaram sobre o assunto. Podem ver-se, por exemplo : Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. I, pp. 166-177; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 243-244; Mário Viana, *Os vinhedos medievais de Santarém*, pp. 165-166.

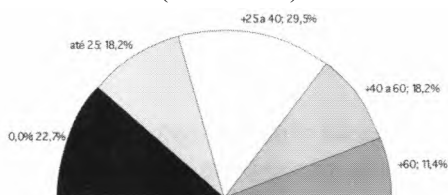
⁸⁷ Dadas as dificuldades existentes na conversão das medidas medievais para as correspondentes actualmente em uso e a soma de erros que podem introduzir nos cálculos, penso mais prudente conservar o padrão medieval que, com a mesma capacidade ou outra chegou até aos nossos dias e continua, por isso, a ser inteligível. Foi, aliás, o mesmo que fiz para o cereal.

⁸⁸ A equivalência que entre nós se tem dado à medida medieval aplicada às vinhas com maior generalidade, como atrás deixei referido.

⁸⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. II, apêndice IV.

Decorrente das considerações acima, a produção encontrada nas vinhas em análise variava entre o mínimo acima apontado e os pouco mais de 78 almudes, num leque de possibilidades sensivelmente mais apertado do que esse outro proporcionado pela colheita cerealífera.

17 - Estimativa da Produção Vinícola por Unidade de Exploração
(em almudes)



Se olharmos para os valores em presença, consideraremos que a produção vinícola era, em Puços, bastante reduzida, situação agravada pelo facto de uma boa parte das explorações agrícolas aqui implantadas - 22,7% - não cultivar a vinha. Assim sendo, mais de 40% destas famílias ou não amanhava qualquer vinha no espaço em análise, ou a sua colheita não ultrapassava os vinte e cinco almudes. Mesmo os maiores produtores aqui instalados, aliás poucos, obtinham uma colheita assaz diminuta⁹⁰.

Em relação aos restantes cultivos qualquer estimativa é impraticável⁹¹. As bases de sustentação nem sequer são frágeis, porque inexistentes.

3. A parte do camponês

Destas produções assim estimadas, só uma parte revertia para o agricultor, dado que outros nelas tinham participação.

De acordo com a letra do foral atribuído por D. Manuel a esta localidade, a produção cerealífera era onerada com diversas punções, entre as quais se estabelecia uma ordem bem definida. Em primeiro lugar, *do monte mayor a eyradega acostumada de toda a semente, a saber, des que ho lavrador chegar A catorze Alqueires*. de cada um dos cereais. Com alguns matizes: *a teiga que se ouver de pagar de trigo mourisco se pagará por tres alqueires e meo. E do outro trigo e de qual quer das outras sementes Se paguara por teygua dous*

⁹⁰ Cf. gráfico 17.

⁹¹ Já em outro trabalho me tinha confrontado com a dificuldade, deixando o facto registado (*O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIVe XV*, p. 182).

alqueires e tres quartas. O mesmo se cobrava dos tremçoos e outros legumes produzidos em cultura arvense. *Epaguada assy a dita eyradegua entam levará ho Senhor que for dos direitos dalvayazar onde he anexo este Reguenguo de puços. De dez huum. E depois leva a Igreja outro dizimo.* Do remanescente levará ho comendador de puços de dez huum⁹¹. Estes dois últimos dízimos eram cobrados ambos pela Ordem de Cristo, o primeiro a título de direito eclesiástico, o segundo a título de direito senhorial. No tombo que tenho vindo a citar, estes pagamentos ficaram registados do seguinte modo: *os moradores de puços pagam aa hordem de cada hüua semente que ham...depois de o Reguenguo leuar os seus direitos... de cada dez alqueires dous. hüu de dizimo e outro de raçom. hüu alqueire jnteiro e outro menos hüu punhado de garfo*^{92 93}, o que, por um lado, condiz com a letra do foral e por outro mostra-nos que, efectivamente, a sequência dos pagamentos era a que aí vem indicada, isto é, a primeira cobrança fazia-se sobre todo o remanescente dos direitos do reguengo

- de cada dez hüu alqueire jnteiro - o segundo sobre os nove décimos restantes
- menos hüu punhado de garfo - cobrados ambos numa mesma medição, para facilitar o trabalho.

De acordo com estes dados, a primeira punção sobre a colheita cerealífera era uma quantia fixa cobrada a partir de um determinado limiar - os catorze alqueires - de cada semente. Todas as demais cobranças, agora parciárias, incidiam sobre um volume de colheita que já não era o total, mas que não nos é permitido conhecer. Com efeito, não obstante ser fixa, essa punção podia variar entre os 2,75 alqueires, se o agricultor tivesse semeado apenas uma semente e os 11,75 se tivesse diversificado a sementeira pelos quatro cereais mais comuns - trigo, centeio, cevada e milho - desde que a produção de cada uma das sementes tivesse atingido aquele mínimo de catorze alqueires, com colheita de trigo mourisco. Podia, pelo contrário, ficar isento do pagamento de eirádiga⁹⁴ ainda com uma colheita à volta dos cinquenta e dois alqueires, desde que a produção se dividisse igualmente pelos mesmos quatro cereais. São demasiados imponderáveis, capazes de perturbar quaisquer cálculos.

⁹² *Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa*, ed. por Luiz Fernando de Carvalho Dias, Estremadura, Lisboa, 1962, p. 182.

⁹³ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 142.

⁹⁴ Armando Castro, *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*, vol. II, pp. 278-280; Iria Gonçalves, "Eirádiga", *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, p. 13.

Todavia, e uma vez mais de acordo com a letra do foral que venho citando, o agricultor reservar-se-ia 73% da produção. Tais cálculos estão logicamente errados, na medida em que pequenas produções como estas seriam muito diferentemente afectadas com aquela primeira cobrança. Penso, no entanto, que o valor indicado corresponderia a uma ideia geral, aceitável para os contemporâneos, imbuídos ainda de uma mentalidade satisfeita com o *pouco mais ou menos*, sobretudo entre as gentes campesinas. Aceitarei portanto e, posso dizê-lo, *em desespero de causa*, o valor indicado.

Assim diminuída, a colheita do camponês continuava a ser onerada com outros pagamentos, desta vez não contemplados no foral.

A Ordem de Cristo tinha direito ainda a receber, como primícias⁹⁵, um alqueire de trigo e outro de segunda - desta vez considerada em conjunto de cereais - logo que o agricultor atingisse, em cada um dos grãos, a quantia de vinte e oito alqueires^{96 97}. O problema coloca-se aqui do mesmo modo que se colocou relativamente à eirádiga, apenas com menor incidência sobre a colheita do camponês. Enquanto no primeiro caso onerava os mais baixos escalões tributáveis em 19,6% ou até 25% na colheita do trigo mourisco e repetia-se em cada um dos cereais de segunda, no último não ultrapassava os 3,6% e todos os grãos secundários se englobavam no mesmo pagamento. Porém, mais ou menos oneroso, não é possível saber em que escalão começava este direito a actuar. Assim sendo, considereei mais prudente não o introduzir na estimativa, correndo o risco de, no resultado, sair mais valorizada a parte do camponês.

Mais uma cobrança se exercia ainda sobre a seara, agora a título de foro, pela morada. O foral diz-nos que pagam *todallas pessoas que fazem foguo neste lugar e termo. De foro dous allqueires de trigo*⁹¹. Na prática, mercê de partilhas e emparcelamentos de terras, consequências do suceder de gerações, este foro, se nunca se fragmentou, associou-se em diversos casos e assim cada família devia solver uma quantidade de trigo variável entre os dois e os dezoito alqueires.

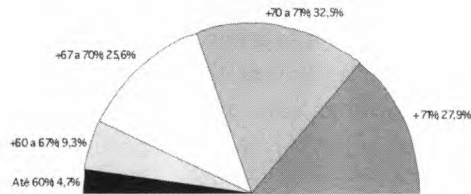
Considerando todas estas alcavalas, verificamos que os direitos do camponês sobre os frutos da sua seara podiam ficar bem reduzidos. Famílias pobres que eram, qualquer exigência mais, da parte do senhor, podia desequilibrar os seus rendimentos. Sobretudo os mais baixos, que chegavam a não atingir os 60% do total. E até os mais ricos se quedavam aquém dos 72%⁹⁸. Com a ressalva, visto o que ficou atrás dito, de que estes números resultam sobrevalorizados.

⁹⁵ Armando de Castro, *ob. cit.*, vol I, pp. 295-297, Lisboa, 1964; Rui Abreu Torres, "Primícias", *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, 1968, p. 486.

⁹⁶ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 142v.º.

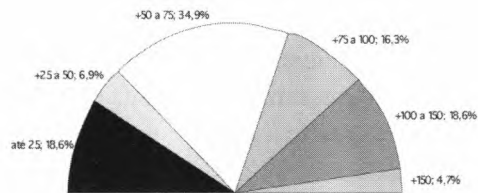
⁹⁷ *Forais manuelinos, Estremadura*, p. 182.

18 - Parte da Colheita Cerealífera Reservada ao Agricultor



Assim corroída a produção cerealífera do camponês, nem todo o remanescente ficava á sua inteira disposição. Havia que guardar para o Outono seguinte, eventualmente para a Primavera seguinte, uma parte dessa colheita, a transformar-se em semente. De acordo com os cálculos que tenho vindo a fazer, essa porção representava, em todos os casos, 20% da produção. O que restava de todas estas subtracções era o pão que a família podia consumir durante todo o ano, se não amanhasse outras terras, em outros locais. Aqui, em Puços, as disponibilidades de todas estas famílias podiam variar entre menos de seis e cento e cinquenta e cinco alqueires de grão".

19 - Porção da Colheita Cerealífera para Consumo do Agricultor (em alqueires)



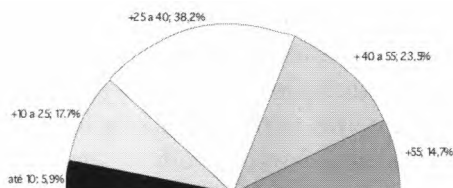
Estes números, não é demais repetir, não foram deflacionados. Pelo contrário. Em vários momentos do cálculo eles puderam sofrer a tendência contrária. Desde logo, quando escolhi o multiplicador cinco para representar a produtividade da semente; em seguida, quando aceitei o valor atribuído pelo foral à parte do camponês; por último quando não considerei a primícia nos cálculos efectuados.^{98 99}

⁹⁸ Cf. gráfico 18.

⁹⁹ Cf. gráfico 19.

A produção vinícola era consideravelmente menos onerada. Tanto o foral¹⁰⁰ como o tombo¹⁰¹ condizem ao afirmar que a Ordem deve receber o dízimo e o oitavo da produção *sem o reguengo leuar... em nehüua cousa*, de acordo com o dizer do tombo. Assim, o agricultor tinha direito a 78,7% das suas uvas, considerando, como era habitual, que em primeiro lugar se cobrava o dízimo e o oitavo se exercia apenas sobre o restante da produção. Compreende-se que em toda a Europa mediterrânea e em toda a Idade Média o vinho tivesse funcionado como um alimento, trazendo ao organismo muitas das calorias em que os outros víveres falhavam.

20 - Porção da Colheita Vinícola Reservada ao Agricultor
(em almudes)



Apesar de tudo as disponibilidades destas famílias não eram grandes, a maioria mal atingindo os quarenta almudes e algumas podendo ficar-se por menos de oito¹⁰². Possivelmente ninguém teria qualquer excedente para vender.

Dos restantes produtos mencionados, azeitona e fruta, só a Ordem cobrava o dízimo¹⁰³. O produtor ficava, assim, com 90% da colheita. Pena que não seja possível avançar qualquer estimativa sobre ela.

Famílias pobres todas elas. Cultivando, para si e para o senhor, os produtos básicos da alimentação medieval - o pão e o vinho em primeiro lugar. Alegando a mesa com alguma fruta. Foram estes os ângulos que mais interessaram à documentação em análise. Que, apesar de inúmeras falhas, ficaram um pouco mais iluminados. Depois apercebemos, mais discretamente, uma criação de *capoeira* talvez avultada, a permitir que se fizessem, pelo menos, três¹⁰⁴, quatro¹⁰⁵

¹⁰⁰ *Forais manuelinos, Estremadura*, p. 182.

¹⁰¹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 142.

¹⁰² Cf. gráfico 20.

¹⁰³ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 142-142v.º.

¹⁰⁴/A, fl. 133, 135v.º, 138.

¹⁰⁵/A, fl. 135, 138v.º.

capões por ano; um ou outro porco¹⁰⁶, que a camponesa cevaria junto da casa, para a matança, a aproveitar os restos da mesa, os desperdícios da horta e do pomar, os magros farelos¹⁰⁷ remanescentes da fornada de pão semanalmente cozida para toda a família, mas que anteriormente, durante largos meses, teria andado em liberdade, pela aldeia ou pelos montes, comendo as landes de carvalhos e sobreiros que tão cuidadosamente os visitantes contaram, para deles nos deixar memória; um pequeno rebanho de ovinos¹⁰⁸, tão ao gosto e ao jeito mediterrâneos, que aproveitariam os mesmos sobreiros e carvalhos, que pastariam as relvas frescas¹⁰⁹ de lameiros e pousios.

Uma terra de camponeses igual a tantas outras, mas que os cuidados de gestão do senhor nos permitiram conhecer um pouco melhor.

¹⁰⁶/?., fl. 143, 138v.º-139.

¹⁰⁷ É sabido como a carência de cereais na Idade Média obrigava as famílias pobres - e assim eram quase todas as famílias rurais - a aproveitar ao máximo o seu cereal, desprezando apenas, na peneiração, cascas, palhas, sujidades várias, agregadas à moedura.

¹⁰⁸ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 309, fl. 139v.º.

¹⁰⁹ Sintomaticamente, uma das aldeias das proximidades de Puços chamava-se Relvas.